

Panorama Legislativo - Congresso Nacional - FEVEREIRO/2012

02 de março de 2012

*Paula Pedroni **

Contribuições: Renata Lyra e Tathiana Sales

Desde o início do ano, já foram apresentadas 234 proposições na Câmara dos Deputados e 96 no Senado Federal, totalizando 330 nas duas Casas Legislativas. As atividades parlamentares foram afetadas pelo recesso de final de ano, encerrado em 1º de fevereiro, e pelo feriado de Carnaval, que esvaziou as dependências do Congresso Nacional.

Apesar de não ter adquirido ritmo de trabalho intenso durante o mês de fevereiro, algumas deliberações importantes aconteceram nos Plenários das Casas na última semana. No Senado Federal, por exemplo, duas Medidas Provisórias que trancavam a pauta foram aprovadas: a MPV 544/2011, na forma do PLV 0002/2012, que cria o RETID e institui normas específicas para a licitação de produtos e sistemas de defesa; e a MPV 0546/2011, na forma do PLV 0001/2012, que regulamenta o repasse de R\$ 1,95 bilhão a estados, ao Distrito Federal e aos municípios, para fomento de exportações. As matérias seguiram, assim, para sanção.

Na Câmara dos Deputados, o PL 2330/2011 (“Lei Geral da Copa”) chegou a ser aprovado pela Comissão Especial responsável, mas teve seu resultado invalidado, visto que a CESP não encerrou as discussões no momento em que a Ordem do Dia do Plenário foi aberta, contrariando o Regimento Interno da Casa. Dessa forma, o projeto deverá ser aprovado novamente pela comissão, que já agendou a deliberação para a próxima semana (06/03). Os destaques, que tratam inclusive da permissão para a venda de bebidas alcoólicas nos estádios, também devem ser analisados nessa ocasião.

Também vale destacar que, após o feriado de carnaval, a Câmara dos Deputados logo retomou as agitadas discussões em torno do novo Código Florestal, com a realização de algumas reuniões informais pela Casa e um Seminário promovido pela Frente Parlamentar Ambientalista e o Comitê Brasil em Defesa das Florestas sobre o tema, que contou com a presença combativa de algumas entidades e de personalidades como a ex-senadora Marina Silva. Antes do feriado, a Frente Parlamentar Agropecuária também realizou reunião informal, na qual também foram apontados vários pontos problemáticos relativos à matéria. Assim, conforme pode ser visto, a Casa ainda está longe de chegar a um consenso em relação ao texto recebido do Senado Federal e os debates ainda deverão se prolongar pelos próximos meses.

Cabe citar, ainda, que, no mês de fevereiro, o Senado Federal aprovou o nome de Ricardo Machado Ruiz para o cargo de Conselheiro do CADE. Além disso, o projeto que dispõe sobre exercício da profissão de motorista (PLC 0319/2009 - PL 0099/2007) foi recebido pela Câmara dos Deputados; e o presidente da Casa, Marco Maia (PT/RS), determinou o nome do relator para o projeto que altera a divisão dos royalties e participação especial da exploração de petróleo entre os estados (PL 2565/2011 - PLS 0448/2011): deputado Carlos Zarattini (PT/SP).

Ressalta-se também o confuso cenário por detrás da Mensagem (MSF) 0151/2011, que pretende reconduzir o Sr. Bernardo Figueiredo ao cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), mas aguarda a avaliação do Plenário do Senado Federal desde 15 de fevereiro, quando foi aprovada pela CI.

Para finalizar, vale apontar que o andamento dos trabalhos na Câmara dos Deputados vem sendo dificultado pelo impasse na definição da composição das comissões da Casa, adiada para a próxima semana. A criação do PSD complica a determinação dos quadros, uma vez que o partido reivindica a presidência de duas comissões, o que seria, segundo sua argumentação, compatível com o número de deputados do partido. Apesar disso, a Mesa Diretora da Casa e o Ministro do STF Carlos Ayres Brito (em caráter liminar) já negaram o pedido do PSD e confirmaram a interpretação regimental de que a composição das comissões deve estar de acordo com o desempenho dos partidos nas eleições. Como o PSD não disputou eleições, aponta-se que o partido não deve ter direito a esse espaço. Ressalta-se que a decisão do Ministro Carlos Ayres Brito, relator do Mandado de Segurança impetrado pelo partido no Supremo, ainda deve passar pelo Plenário do órgão.

Já no Senado Federal, a questão sobre a vice-presidência da Casa também gerou discussões nesse início de ano. A senadora Marta Suplicy (PT/SP), que ocupa o cargo desde 2011, estaria sujeita a deixar a vaga para o senador José Pimentel (PT/CE), em virtude de acordo que estabelecia o rodízio dos cargos de comando da Casa ocupados pelo PT. A despeito disso, depois de muita discussão, o partido decidiu manter a parlamentar na vice-presidência do Senado até o final do ano. O senador José Pimentel (PT/CE) continua na liderança do governo no Congresso.

Paula Pedroni cursa Ciência Política na Universidade de Brasília (UnB). Trabalha na área de Relações Governamentais desde 2011.